



ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PLANO PEDAGÓGICO DE CURSO (x) Presencial () EAD	
1. NOME DO CURSO/SEMINÁRIO/PALESTRA/FORMAÇÃO/outros	2. UNIDADE (Órgão solicitante/participantes)
CURSO: A PRÁTICA DA PROTEÇÃO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	
3. Justificativa: A Lei nº 13.146/2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão, também denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência, é considerada uma significativa conquista social, pois trata das práticas inclusivas e de acessibilidade, que devem se alinhar para a concretização do pilar da dignidade da pessoa, de assegurar a garantia plena dos direitos dos agentes especiais. A Referida norma provocou significativas mudanças em diversas áreas do direito, notadamente no regime das incapacidades do Código Civil brasileiro, rompendo com dogmas existentes e que se arrastam em nosso ordenamento jurídico, em torno das deficiências, o que culminou com o surgimento de um novo entendimento acerca da capacidade civil, cujo conceito foi reconstruído e ampliado, de modo que atualmente com o advento da Lei Brasileira de Inclusão enveredou-se pelo caminho da dignidade-liberdade, mitigando a concepção de vulnerabilidade, normalmente vinculada às pessoas deficientes.	<ul style="list-style-type: none">⑩ MPMA⑩ CAOP-PIPD⑩ ESMP/MA Parceria(s) <ul style="list-style-type: none">• IBDFAM
4. Local do Evento: Sala de aula 1-ESMP – Rua Osvaldo Cruz, 1396 – Centro. 1º andar.	
5. Público Alvo/ Vagas: Membros, Servidores do MP e Público em geral, mediante inscrição. 40 vagas.	

<p>6. DISCIPLINAS (TEMAS)</p>	<p>A PRÁTICA DA PROTEÇÃO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA</p>	<p>7. PROFESSOR(ES)/ PALESTRANTE(S)</p> <p>□ <u>Cristiano Chaves de Farias.</u></p> <p>Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia. Mestre em Ciências da Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador – UCSal. Professor de Direito Civil da Faculdade Baiana de Direito e do Complexo de Ensino Renato Saraiva. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM.</p>	
<p>8. ANO/MÊS:</p> <p>Set/2019</p>	<p>9. QUANTITATIVO DE MÓDULO/ TEMÁTICAS:</p>	<p>10. DATA E HORÁRIO DO CURSO/EVENTO</p>	<p>11. CARGA HORÁRIA TOTAL</p>
	<p style="text-align: center;">1</p>	<p style="text-align: center;">09.09.2019 8 h:30 às 16 h</p>	<p style="text-align: center;">4 h</p>
<p>12. EMENTA (síntese, específica de cada disciplina/temática):</p>			
<p>Interpretação sistêmica; equalização das normas legais; maximização da tutela jurídica destinada; Curatelando; Ministério Público, etc.</p>			
<p>13. OBJETIVOS</p>			
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar as mudanças à luz da Lei Brasileira de Inclusão para o Ordenamento Jurídico e as limitações impostas e consignadas no novo CPC. <p>Específico(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender as posições defendidas pelos autores que discutem a temática; • Analisar os dispositivos do CPC em relação à Lei Brasileira de Inclusão; • Discutir a legitimidade ativa do MP, condicionada por suas atribuições constitucionais. 			
<p>• 14. CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS/ TEMÁTICA(S)</p>			
<p>A Evolução da Proteção da Pessoa com Deficiência no Ordenamento Jurídico Brasileiro; A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoas com Deficiência(LEI Nº 13.146/2015); Mudanças Provocadas no Regime das Incapacidades do Código Civil Brasileiro; A dignidade do ser humano como fundamento do Estado Democrático.[...]</p>			
<p>15. METODOLOGIA: Apresentação das temáticas de forma dialógica e interatividade nas discussões.</p>			

16. RECURSOS DIDÁTICOS: inscrição gratuita realizada na plataforma ESMP, QR code de verificação, gravação e multimídias.

17. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO: competências e habilidades a adquirir

18. ASPECTOS A SEREM AVALIADOS/CRITÉRIOS: frequência regulamentar e participação efetiva.

19. INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO: questionário de reação e contexto a ser preenchido na plataforma.

20. REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BRASIL. Constituição (1988). DF, Senado 1988.

_____. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: Famílias. 8. ed. rev. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016.